

Ações estratégicas em agudos/RS: Planejamento e iniciativas sustentáveis

de desenvolvimento local calcadas em ações existentes
em Santa Catarina (por meio da Associação dos Agricultores
Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO)

Elvis Albert Robe Wandscheer

*Economista e Geógrafo, Mestre em Desenvolvimento Rural/PGDR e Doutorando em Geografia pela UFRGS
elvishz@yahoo.com.br*

Tania Cristina Gomes

*Geógrafa, Mestranda em Geografia pela UFRGS
geotania.ufsm@hotmail.com*

Graciele Carls Pittelkow

*Geógrafa, Mestranda em Geografia pela UFSM
graciele_geo@hotmail.com*

Carlos Rudolfo Paul

*Geógrafo pela UFSM
carlosrpaul@hotmail.com*

Resumo

A exclusão social, enquanto fenômeno, abarca uma série de processos produtivos e evolui conforme hábitos e costumes que, não raro, vinculam-se ao consumo dos espaços locais. O presente trabalho procura incorporar ações estratégicas de planejamento em iniciativas sustentáveis de desenvolvimento diante dos aspectos econômico, social, cultural e ambiental. Assim, procurou-se estabelecer o potencial das ações existentes em Santa Catarina por meio da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO.

Palavras-chaves: *Agudo - Santa Catarina - Associação - Agricultura Familiar - AGRECO.*

Abstract

Social exclusion as a phenomenon involves a series of productive processes and evolves according to habits and customs that are frequently related to local consumption. This work aims to incorporate strategic actions of regarding planning sustainable economic, social, cultural and environmental aspects. We seek to establish the potential of the actions performed in Santa Catarina through the association of ecological farmers from the Serra Geral hills – AGRECO.

Key words: *Agudo - Santa Catarina - Association - Family Farm - AGRECO.*

1. Introdução

A exclusão social, enquanto fenômeno, abarca uma série de processos produtivos e evolui conforme hábitos e costumes que, não raro, vinculam-se ao consumo, portanto, vinculam-se a dinâmica política, econômica e social das realidades em que se encontram e/ou estabelecem relações recíprocas de produção/comercialização. Neste sentido, Costa (2005, 303) enfatiza que: “(...) devemos observar é que a preocupação (...) com o meio ambiente raramente é suscitada apenas pela consciência da escassez de recursos naturais, em geral, surge frente a exigências de mercado”.

O acesso a recursos materiais contempla diversas demandas e é variável conforme a situação socioeconômica e características ambientais do país, porém, repercute de forma geral em função da forma pela qual se estruturam estratégias alocativas e de uso de seus recursos (terra, trabalho e capital). Assim, tanto pela diferença de recursos em potencial para exploração, pela desigualdade no acesso à riqueza, no acesso à alimentação ou à utilização da técnica, sobressaem-se necessidades voltadas ao planejamento estratégico visando o desenvolvimento¹.

É nesse contexto que se faz necessária a articulação dos potenciais existentes, as condições espaciais preestabelecidas ao longo da história e a ênfase às distintas necessidades que norteiam o cotidiano e impossibilitam o acesso da sociedade a bens e serviços das mais diversas ordens. Frente a essas necessidades de ajustes

¹ O termo desenvolvimento representa, não apenas na atualidade, mas já há algum tempo, uma palavra-chave que, não raro, é empregada com diferentes funções, estando sempre vinculada a visões de mundo daqueles que a empregam. Porém, enquanto termo ou noção (uma vez que a mesma dificilmente é concebida com consenso enquanto conceito) abarca dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, tendo a adição a posteriori de outro substantivo como desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, entre outros inúmeros presentes em literaturas especializadas (CONTERATO e FILLIPI, 2009).

e mudança, para ponderar tais aspectos que se faz importante, o planejamento adequado da(s) área(s) nas quais está inferindo-se sobre o espaço. Trata-se assim de abordar a questão do planejamento, o qual contempla uma gama de ações que conforme Dror apud Camhis (1979)², representa um processo de preparação de conjuntos de decisões visando a uma ação futura, na qual, far-se-á um direcionamento para a alocação de metas pelos meios preferíveis, de acordo com as demandas existentes.

Dessa forma, planejamento pode ser entendido como uma prática estruturada com base na projeção local, visando obter o optimum dos recursos e, logo, o máximo benefício para a coletividade. Nesse sentido, a economia solidária, em espaços nos quais a mesma tem se concretizado, aparece como alternativa capaz de contemplar o desenvolvimento econômico e crescer e/ou se inserir de forma decisiva num processo de desenvolvimento regional³.

Esses laços podem vir a agregar potencial a iniciativas de empreendimentos econômicos solidários, tal qual se observa em vários exemplos, seja por meio da coesão interna do empreendimento ou, então, por meio da maior circularidade, em função das distintas redes em que o grupo de pessoas pode estar inserido. Dessa forma, o empreendimento, como um todo, passaria a ser “conhecedor” de informações dos variados “ambientes”, podendo, assim, garantir às pessoas que fazem parte dos seus relaciona-

² Marios Mamhis, in: *Planning Theory and Philosophy*, 1979. Tradução de Vera Maria Favila Miorim e Revisão de Armando Silva de Araújo. Rio Claro, abril de 1985.

³ Os economistas preocupados com as relações entre espaço e economia reconhecem que os estudos sobre o desenvolvimento regional e de localização no espaço de atividades produtivas se revitalizam a partir da segunda metade dos anos 1980, quando as desigualdades regionais de emprego e renda voltaram a ser problemas centrais da política de desenvolvimento, retomando-se os debates teóricos dos anos 1950 e 1960, mais vinculados à Economia do Desenvolvimento do que à Economia Regional. Também coincidiram, provavelmente, em aceitar que os problemas do desenvolvimento regional passaram a ser ainda mais complexos que antes, uma vez que as empresas se tornaram mais globais e os espaços foram e estão sendo crescentemente estruturados pelas tecnologias da informação (VELASCO, 1996, 198).

mentos dados sobre novas oportunidades.

Cabe salientar que para muito além das determinações que o processo histórico aponta para o cenário econômico destacam-se outros aspectos a serem considerados na esfera econômica, pois a economia é também determinada pelas relações sociais que existem entre os diferentes agentes em determinadas redes, dentre as quais se podem determinar os tipos de relações entre as pessoas conforme os seus diferentes laços. Segundo Granovetter (1974), os laços a que diferentes pessoas podem estar vinculadas dependem da proximidade das suas relações. O autor define como laços fortes aqueles em que as pessoas se relacionam vinculadas por algum tipo parentesco (pai e filho, por exemplo) ou entre amigos muito próximos. Já os laços fracos são definidos como os contatos que uma pessoa pode ter com conhecidos ou colegas de trabalho.

A partir dessas realidades, observa-se que os laços pré-estabelecidos (via laços fracos) ou não (via correlações estabelecidas) e influenciam diretamente a vida socioeconômica do(s) indivíduo(s). Nesse sentido, cabe salientar alguns aspectos centrais no que tange à economia solidária⁴ na atualidade:

As razões do atual re florescimento do associativismo econômico entre os trabalhadores, hoje designado de economia solidária, permitem destacar alguns fatores gerais. No cenário macroeconômico, por exemplo, cita-se invariavelmente a redefinição do padrão de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as cadeias e estruturas produtivas e sobre a própria geopolítica. A isto estaria associada a crise

4 Conforme Singer (2004, 8): *Tanto em sua origem, na primeira metade do século XIX, como em seu recente ressurgimento, a economia solidária mais uma vez constitui uma resposta ao agravamento da crise do trabalho (desde os 1980) e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de seguridade social. "Haja vista o declínio de diferentes formas de sociabilidade e de engajamento que transmitem valores e normas sociais, a perda de emprego ou a sucessão de 'biscates' engendra um déficit de socialização que diminui as chances de se reencontrar um emprego 'digno', pois os critérios de recrutamento tendem a privilegiar as capacidades relacionais(...)"*.

de grande magnitude que atinge o sistema de trabalho assalariado, pedra angular da ordem social capitalista, cujo reflexo imediato seria a volta do desemprego massivo e a exclusão social. O fato, em si mesmo, impulsionaria os trabalhadores à busca de alternativas de trabalho e renda. No plano político, a derrocada da experiência socialista teria colocado em xeque as pautas de intervenção social das organizações e das correntes políticas...mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre a economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passagieramente, condições de expansão da primeira (GAIGER, 2004, 9).

Dessa forma, atrelando essas iniciativas de economia solidária e a questão do planejamento, observa-se que, conforme Friend e Jessop apud Camhis (1979), o conceito de planejamento está relacionado ao processo de escolha estratégica que exige uma capacidade para antecipar o futuro e também de adaptar para o imprevisível. Dessa forma, o planejamento deve ser um processo coerente e racional para tomada de decisões que objetivem promover o desenvolvimento harmônico e sustentável, através da integração de recursos e ações visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza, estímulo à permanência do homem em sua região/município e à preservação sem, contudo, esquecer a valorização do meio ambiente, promovendo a participação de todos os segmentos da sociedade, sempre visando iniciativas tais qual a economia solidária (destacando exemplos como as articulações em rede).

A partir dessas perspectivas da dinâmica da sociedade contemporânea, o presente trabalho procura incorporar ações estratégicas de planejamento em iniciativas sustentáveis de desenvolvimento diante dos aspectos econômico, social, cultural e ambiental. Assim, procurou-se estabelecer o potencial das ações existentes em

Santa Catarina através da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO, visando adaptar a mesma a uma proposta de ações contíguas para o município de Agudo-RS. Ressalta-se que para tanto, existem particularidades históricas e socioeconômicas destes espaços situados no estado de Santa Catarina que possibilitam identificar potencialidades e propor ações de planejamento estratégico incorporados a vários elementos do conjunto do espaço de Agudo no Rio Grande do Sul.

2. Metodologia

O presente trabalho possui um caráter analítico-descritivo, tendo as estratégias de pesquisa atuações complementares ao longo do mesmo. O estudo descritivo vislumbra as características peculiares de um fenômeno, podendo ter o objeto de estudo situado numa situação específica, um grupo ou um indivíduo (RICHARDSON, 1999). O estudo analítico, por sua vez, avança no intuito de estabelecer e ponderar relações entre as variáveis, uma vez que estes estudos são baseados em fatos e têm como ponto de partida as relações, para explicar fenômenos particulares (ALMEIDA, 1989).

Assim, a fim de alcançar os objetivos focados no presente trabalho definiu-se como método de análise o dedutivo. Portanto, ao fazer uso deste método objetivou-se estudar as realidades da experiência agroecológica de Santa Catarina vinculando ao espaço e à realidade socioeconômica no município de Agudo, valorizando sobremaneira as semelhanças histórico-culturais e fisiográficas desses municípios.

Dessa forma, procurou-se vislumbrar a realidade empírica como fundamento das análises em questão, partindo da experiência em seu aspecto global para o particular, das ideias do processo para os fatos práticos, bem como das generalizações para as observações positivas do

fenômeno em sua manifestação (no estado de Santa Catarina) para, então, partir para a proposição de ações no espaço de Agudo com potenciais semelhantes, porém, com distinções atuais no que tange a matriz produtiva (calçada, sobretudo, na produção fumageira).

A abordagem utilizada foi a metodologia mista (quali-quantitativa). Quanto à opção pela quantificação, tal escolha se deu em função da mesma ser utilizada em pesquisas que vislumbrar representar a intenção de garantir a precisão dos resultados, procurando evitar distorções de análise e, sobretudo de interpretações, possibilitando assim, maior segurança quanto às inferências do pesquisador (RICHARDSON, 1999).

A metodologia qualitativa, por sua vez, representou uma abordagem complementar à quantitativa, já que se optou pela complementaridade de informações via dados obtidos na quantificação (PEREZ, 2005). Inicialmente foram efetuadas pesquisas bibliográficas acerca do assunto em questão, juntamente com pesquisas a instituições e órgãos capazes de oferecer informações pertinentes ao trabalho, além da pesquisa a outros assuntos pertinentes a esta temática, ou ainda, relacionadas à realidade dos Municípios enfocados.

A amostragem foi intencional, ao passo que consistiu em: “(...) selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas (...). O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos (ALMEIDA, 1989, 87)”.

Assim, as entrevistas foram efetuadas com o poder público e com participantes da AGRECO, ressaltando-se que em relação a estes últimos utilizou-se também a aplicação de questionários. Esta foi a forma de utilização da amos-

tra intencional, na qual focou-se a indicação do poder público, bem como da associação para a abordagem dos entrevistados, perfazendo assim, uma seleção, um direcionamento.

Quanto à organização e sistematização dos dados, efetuou-se a análise transcrição das entrevistas, fazendo-se uso da análise de conteúdo. “As diversas definições coincidem em que a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência (RICHARDSON, 1999, 223)”.

A opção pela inserção da análise qualitativa se deu em função da particularidade das informações pretendidas, sobretudo, dado o fato que: “a pesquisa qualitativa é utilizada quando a informação disponível é pobre de dados, mas rica em descrição das variáveis e não é facilmente tratada (...) (PEREZ, 2005, 11)”.

Cabe salientar ainda que Perez (2005,187) aponta esta metodologia como:

(...) uma forma sistemática de interpretar a realidade e de entender os fenômenos (...) como instrumentos proporcionados pela visão da realidade, opiniões e experiências dos pesquisadores e dos grupos observados, informantes e participantes das pesquisas.

Ainda quanto à análise de conteúdo, com o intuito de alcançar a objetividade das informações das entrevistas, foram cunhadas categorias de análise, nas quais se distinguiram assuntos, a fim de registrá-los e codificá-los, sistematizando-os com maior facilidade. Essas categorias de análise cumpriram os requisitos de homogeneidade (por critérios de classificação), exaustividade (alcançar a totalidade do texto), exclusão (elementos pertencentes a apenas uma categoria) e objetividade (RICHARDSON, 1999). Foram criadas dez categorias de análise, sendo sete de-

las categorias de análise estruturadas de forma integrada para as entrevistas com as instituições e os empreendimentos da iniciativa privada, ao passo que as outras três constituíram-se em categorias específicas em separado visando às particularidades do fenômeno, como articulação, possibilidades e projeções de inserção das iniciativas de Santa Catarina no município de Agudo no Rio Grande do Sul.

A tabulação dos dados quantitativos coletados levou em consideração quatro âmbitos de questões específicas que se referiam primeiramente às características (como sexo, idade e escolaridade) e uma segunda voltada para quesitos como: organização e produção. Nesta etapa do trabalho, com o intuito de tabular e interpretar os dados coletados nos questionários, utilizou-se o software SPSS 12 que auxiliou na tarefa de organizar, sistematizar e correlacionar as variáveis conforme as inquisições do questionário.

3. Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária e as iniciativas de planejamento estratégico no meio rural: A Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO e suas ações

A associação de produtores representada pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO e a Acolhida na Colônia referem-se às inovações que abarcam a alterações nos parâmetros produtivos e incorporam a oferta de serviço.

Destarte, a articulação local contempla a produção agroecológica dos produtores vinculada à oferta de serviços através do turismo rural⁵, ambas as iniciativas situadas nas Encostas da Serra Geral no estado de Santa Catarina. En-

5 Na concepção de OLIVEIRA (2005), o Turismo Rural caracteriza-se pela atividade não-agrícola e envolvimento direto da mão de obra familiar, bem como agregação de valor aos produtos agrícolas.

tretanto, as duas trabalham de forma integrada, visto a participação da maioria dos produtores em ambas as iniciativas. Portanto, compartilham materiais, métodos, culturas e estruturas, visando à articulação das potencialidades do espaço local.

Com vistas à articulação local, pode-se observar que o associativismo pode ser entendido como uma forma de cooperativismo, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver problemas relacionados ao seu dia a dia: resolução de problemas comuns, impossibilidade de produzir individualmente, afinidade entre os participantes, busca de sinergia, divisão de custos, necessidades sócias, busca de independência e convergência de interesses (BO-NASSI, 2003).

Dessa forma, as relações estruturadas nestes princípios podem ampliar o potencial das iniciativas de empreendimentos econômicos solidários, tal qual se observa em vários exemplos, seja através da coesão interna do empreendimento ou, então, através da maior circularidade, em função das distintas redes em que o grupo de pessoas está ou passa a estar inserido. Assim, o empreendimento como um todo, passa a ser “conhecedor” de informações do “ambiente”, bem como se articula conjuntamente, podendo, assim, garantir ao conjunto, novas oportunidades no que tange a oferta e serviços.

A eficácia do associativismo requer técnicas de planejamento estratégico, pois o planejamento se apresenta como uma ferramenta de gestão de espaços, que em particular pode representar a diferença entre o êxito e o fracasso de determinadas atividades e/ou setores da economia. No caso do município de Agudo-RS, o planejamento se faz fundamental em diversos setores em função do grande potencial agrícola do município e de sua base econômica estar

centrada no setor primário. A agricultura se caracteriza como o setor que mais necessita na atualidade de planejamento estratégico, sobretudo em função da transição da produção fumicultora para outras atividades agrícolas; ações estas que podem proporcionar aos produtores rurais e ao próprio município inovações e desenvolvimento econômico atrelando inovações e mercados alternativos àqueles que atualmente constituem o cenário econômico do município.

Assim, de forma geral, podemos dizer que Agudo-RS caracteriza o que é chamado de “espaço aberto”, ou seja, espaço na qual o planejador tem oportunidade de implantar metas socioeconômicas em harmonia com o uso racional do espaço dada a disponibilidade fisiográfica e histórico-cultural. Dessa forma, o desafio no âmbito local consiste em elaborar um projeto estratégico alternativo que vise dinamizar o município de Agudo no que tange aos seus aspectos econômicos, sociais, humanos e ambientais; contemplando assim, ambas as esferas de forma alternativa a produção fumicultora (atividade esta que atualmente se constitui se não na única, mas numa das poucas atividades agrícolas atualmente exploradas economicamente).

Cabe aqui destacar que para promover esta dinâmica sugerida ao município de Agudo, tem-se como base projeto desenvolvido junto aos municípios catarinenses de Rancho Queimado, Anitópolis e Santa Rosa de Lima (municípios que sediam a AGRECO); nos quais pequenos produtores rurais, associaram-se para desenvolver atividades agroindustriais e dedicar-se a produção de produtos orgânicos, visando o desenvolvimento econômico dos municípios envolvidos no projeto, aliando a isso melhorias no padrão e qualidade de vida da população local, bem como dos produtos ali produzidos.

4. Transição da matriz produtiva do cultivo do fumo para produtos orgânicos

No ano de 1996, a sociedade civil e o poder público da região das Encostas da Serra Geral, sul de Santa Catarina, buscaram novas alternativas para o seu território, cuja agricultura familiar baseada na produção de fumo, - aliada a corrida pelo aumento da produtividade com o uso de insumos químicos -, gerou diversos problemas econômicos, ambientais e, principalmente, ofereciam pouca qualidade de vida aos produtores e seus familiares. Diante dos problemas decorrentes, criou-se uma organização solidária e pela preservação da vida e da natureza: a AGRECO - Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral; abrangendo os municípios situados às cabeceiras dos rios Braço do Norte e Capivari e com sede no município de Santa Rosa de Lima.

A criação da associação deu-se inicialmente quando um grupo de agricultores aceitou a proposta de um supermercadista, natural de Santa Rosa de Lima, de produzir hortifrutigranjeiros de forma organizada e de base ecológica. Uma das bases para validar os objetivos da AGRECO⁶ está nas ideias do movimento do comércio justo, que propõe alternativas ao comércio agrícola de commodities visando o mercado internacional.

Assim, salienta-se o caráter político e social na qual tais iniciativas se processam, ou seja, aquelas nas quais se vislumbra o cidadão comprometido no somatório de forças contra a globalização neoliberal homogeneizante e, portanto, alternativo em suas escolhas econômicas cotidianas, tanto sob o prisma da produção no campo quanto da oferta do produto propriamente dito. Assim, o comércio justo e solidário fundamenta-se na troca e parceria entre produtores e

⁶ Produção ecológica, visando melhorar a qualidade de vida dos produtores e dos consumidores, gerar renda, manter o homem no campo.

consumidores, que ordenam critérios econômicos (preço justo, pré-financiamento, etc.), sociais e ambientais suscetíveis que favorecerem o desenvolvimento sustentável. A AGRECO promove ainda projetos de EcoVilas⁷, Manejo Florestal, Merenda Escolar Orgânica, Preservação da Água e Agroturismo, sendo que este último, aliado ao turismo rural, está vinculado à Acolhida na Colônia, uma ramificação nascida a partir da AGRECO e que trabalha em conjunto com a associação.

No que tange ao desenvolvimento do turismo rural na região, o mesmo permite uma experiência única de passar dias em casas de agricultores. A Acolhida na Colônia é um programa desenvolvido em pequenas propriedades dedicadas à agricultura orgânica, com o objetivo de aproximar o turista urbano da vida do campo. Este programa nasceu na França, nos anos 80 e, hoje, existe em vários países do mundo.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a entrar no *Accueil Paysan*, que em francês quer dizer acolhimento campesino. A experiência-piloto começou no Sudeste de Santa Catarina e a ideia permanece até hoje. Os turistas são recebidos em casas de agricultores orgânicos. São cerca de cinquenta famílias dedicadas ao agroturismo e que oferecem atividades complementares, como hospedagem, alimentação, vendas de produtos, lazer, educação ambiental e turismo de conhecimento.

Este trabalho em conjunto é realizado através de visitas às agroindústrias rurais dos agricultores vinculados à AGRECO, com o aproveitamento de hospedagem nas casas participantes da Acolhida na Colônia ou em pousadas

⁷ *Ecovilas são comunidades rurais ou urbanas de pessoas, que buscam integrar um ambiente social assegurador com um estilo de vida de baixo impacto ecológico. Para atingir este objetivo, as ecovilas integram vários aspectos do projeto ecológico, permacultura, construções de baixo impacto, produção verde, energia alternativa, práticas de fortalecimento de comunidade... (Global Ecovillage Network (GEN))*

vinculadas apenas à Acolhida. Estas visitas são na verdade a prática do turismo rural, onde em geral, o homem urbano entra em convívio com o homem do campo e seus hábitos, além de poder desfrutar de paisagens de beleza cênica natural, tendo contato com uma forma de vida simples e saudável, sendo muito comum a utilização desse tipo de turismo como prática de fuga do ambiente agitado e do estresse das grandes aglomerações urbanas.

As visitas em geral, são distribuídas e agendadas por meio de roteiros pré-estabelecidos, sendo possível a organização e visita a diversas propriedades participantes da AGRECO e da Acolhida, visando em especial o contato com os produtores e o conhecimento do modelo utilizado para o desenvolvimento da produção orgânica e do turismo ali desenvolvido. Um destes roteiros é o compreendido entre algumas propriedades de Santa Rosa de Lima-Anitápolis-Rancho Queimado, observando-se que de forma geral, os municípios de Santa Rosa de Lima e Anitápolis, assim como suas respectivas propriedades rurais, encontram-se próximos às rodovias BR 482 e SC 438, além de localizarem-se próximo a cidade de Tubarão-SC, centro urbano e área com indústrias mais próximas. Já no que se refere ao município de Rancho Queimado, este por sua vez encontra-se próximo a BR 282 e a SC 407, tendo como centro urbano mais próximo a capital Florianópolis, sendo a capital local de abastecimento assim como de proximidade com indústrias.

A proximidade a centros urbanos com maior volume de capital circulante se constitui num aspecto relevante, visto que de forma geral possui melhores vias rodoviárias, contribuindo assim para o escoamento de produção, além do fato destas cidades possuírem maior mercado consumidor e menor número de abastecedores de produtos agrícolas para a população local,

sobretudo em se tratando de produtos orgânicos. Quanto à educação, em todos os municípios em que se realizaram visitas, todos contam com o ensino fundamental e médio completos, havendo necessidade de deslocamento a centros urbanos e outros municípios para o acesso ao ensino superior, isto também porque devido à falta de serviços digitais como telefonia móvel e acesso à internet que é limitado a alguns pontos e apenas a área urbana de Rancho Queimado, não há acesso ao novo modelo brasileiro de ensino superior, os EAD (ensino a distância).

Esse “isolamento” pode ser considerado um atrativo ao turismo, visto à possibilidade de afastamento do agito dos grandes e médias cidades. Porém, no que se refere ao acesso à internet, está sendo desenvolvido uma política municipal (em Santa Rosa de Lima) por meio da instalação de antenas nas propriedades rurais, para possibilitar esse acesso, porém tal política ainda encontra-se sem previsão para funcionamento completo e efetivo.

A região dos municípios visitados caracteriza-se por conter um relevo montanhoso, apresentando-se em sua maior parte com declives acima de 50°, dentre os quais ocorrem casos de declives próximos ou iguais a 90°. Observa-se também a presença de vegetação arbórea tanto exótica (pinus e eucalipto) quanto nativa. No que se refere à disponibilidade hídrica, tem-se densa presença de riachos, rios, arroios e nascentes, apresentando um denso grau de drenagens, em um clima do tipo tropical temperado.

As características físicas tornam a região um atrativo natural para a implantação do turismo, que no caso desta mesma região está calcado no turismo rural, com ênfase na cultura alemã (culinária, hábitos, modo de vida, etc.). Além do mais, o conjunto paisagístico, lembra muito a região da serra gaúcha, onde o turismo

também ocorre, porém em massa e não de forma racional e sustentável, como é a proposta dos municípios catarinenses, que promovem o turismo em escala muito menor que no Rio Grande do Sul, visando aumentar a oferta deste setor conforme forem aumentando as infraestruturas necessárias para o crescimento do turismo, ampliando-se o potencial de obter renda e desenvolvimento econômico em torno de tal atividade sem oferecer grandes impactos culturais e ambientais à paisagem⁸ local.

Em relação à importância da questão ambiental, que exerce influência direta nesse tipo de atividade propulsora do desenvolvimento socioeconômico, observa-se que na região, apesar de em muitas propriedades haver áreas legais destinadas a recuperação e preservação de áreas de espécies nativas, não há presença de áreas de preservação institucionalizadas; havendo, entretanto, em escala regional as Áreas de Proteção como Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Ainda relacionado às questões ambientais, observa-se que predomina nas propriedades visitadas e pertencentes à AGRECO e Acolhida, a reciclagem e coleta seletiva de resíduos sólidos secos, sendo esta coleta realizada mensalmente por uma empresa especializada do município de Tubarão-SC. Já os resíduos sólidos orgânicos são reutilizados como adubo na propriedade, e no que se refere aos resíduos sólidos orgânicos resultantes do processo produtivo, estes também são destinados à adubação e a alimentação de animais da propriedade quando conveniente e apropriado.

De forma generalizada, não há visivelmente a presença de poluição dos recursos naturais, apesar do sistema produzido anteriormente desenvolvido ter agredido recursos ambientais

⁸ Para Bertrand (1998) apud Lisboa (2004), a paisagem é reflexo do modo de viver de uma comunidade, ou bem como, o modo pelo qual uma determinada população faz uso dos elementos naturais e artificiais que estão a seu dispor.

de forma significativa e ainda hoje se encontram muitos espaços com resquícios de contaminação. Diante dessa realidade, são efetuadas análises técnicas para garantir a certificação do produto daqueles que conseguiram efetuar com sucesso a transição da produção convencional para a orgânica. Tais análises incluem inclusive os níveis sub-superficiais do solo, onde a ocorrência de quaisquer resíduos químicos em virtude da anterior produção de fumo desqualificam a área para a produção de produtos agroecológicos com o selo da AGRECO.

Apesar de tal realidade, salienta-se que juntamente com a produção de fumo, ou seja, anteriormente a adesão a AGRECO, a maior parte dos produtores produzia também milho, leite, ovos e foliáceas; além da produção de farináceos, azeite, melado e açúcar em engenho. Portanto, pode-se afirmar que de forma geral, predomina as atividades agrícolas pecuárias em conjunto, sendo raros os casos em que se observou apenas a agricultura.

A produção agropecuária nas propriedades se dá com a presença de agroindústrias que utilizam basicamente a mão-de-obra familiar, nas quais, de forma geral, têm-se como produtos finais a preparação de conservas, processamento de frutas para preparação de geléias, além do processamento de cana-de-açúcar e de mel. Porém, deve-se compreender que para a implantação e desenvolvimento de agroindústrias tem-se a necessidade da utilização de maquinários específicos, como processadores, refrigeradores, filtros etc. Também, há a necessidade dos maquinários típicos utilizados para a produção agrícola (enxadas, pá de corte, trilhadeiras etc.), pois do contrário a escala de produção não abarcará a necessidade da demanda.

A participação na AGRECO, após um determinado período produzindo orgânicos, con-

templa, portanto, demandas no âmbito produtivo, bem como a necessária obtenção da certificação de produção orgânica⁹. Essa produção deve ser feita sem a utilização de corantes, com matéria prima por sua vez com certificação de orgânica, além de utilizar a adubação verde (realizada com o aproveitamento dos resíduos sólidos orgânicos que sobram do próprio sistema produtivo). A produção sem a utilização de agrotóxico possui um período de transição e somente receberá o certificado a propriedade que não contém resquícios de resíduos de uso agrotóxicos.

De forma geral, a produção não-beneficiada é destinada ao consumo interno da propriedade e das pousadas, e em alguns poucos casos para a venda na própria propriedade. Já a produção beneficiada tem como destino à venda local na propriedade e na AGRECO. O excedente é destinado à venda regional, em lojas especializadas para produtos orgânicos e redes de supermercados, ou ainda para cidades do sudeste brasileiro.

Cabe salientar ainda que também existe a compra externa de produtos que complementem a produção e o consumo interno das propriedades e das pousadas (que já não conseguem abastecer a totalidade demanda), como por exemplo: alimentos como óleo, farináceos, massas e outras matérias-primas que estejam em falta nas agroindústrias, tal qual o caso das agroindústrias de conservas, na qual a produção local de cebolas não satisfaz a demanda do produto (e que tem a necessidade de adquirir produtos junto a outros produtores orgânicos pertencentes à AGRECO); ou ainda outros produtos como materiais de limpeza e higiene que não são produ-

9 No caso da AGRECO esta certificação é obtida pela ECOCERT que certifica que os produtos são de origem orgânica. A ECOCERT BRASIL realiza a certificação voltada para o mercado interno, atuando também como agente de certificação da ECOCERT SA para todos os principais mercados mundiais. Conta para isso com profissionais que controlam diariamente o respeito às regras de gestão da qualidade, todos treinados e habilitados pela ECOCERT SA para aplicação dos diferentes regulamentos utilizados na certificação.

zidos no âmbito local. Observou-se, porém, que internamente ao sistema produtivo ainda existe carência de infra-estrutura, como estradas (que facilitariam acessos e escoamentos de produção das propriedades, além de facilitar a mobilidade turística). A maior parcela dos proprietários apesar de não apresentarem descontentamento, afirma ser necessários investimentos de capital, para melhoras de infraestruturas das agroindústrias, como materiais, reforma da área, bem como a inserção de inovações tecnológicas na produção.

O suprimento destas carências pode proporcionar uma série de ganhos extras aos proprietários, visto que a renda familiar da maioria das famílias provém exclusivamente da produção local de orgânicos e do turismo rural vinculado a Acolhida na Colônia, havendo como exceção os casos em que há complemento da renda com aposentadorias. No entanto, destaca-se a vontade de permanência destas famílias no campo, onde as condições econômicas e de qualidade de vida satisfatórias, assim como as relações existentes com os vizinhos e associados pertencentes às associações são valorizadas como um todo no contexto da realidade local.

No que se refere ao grau de instrução e especialização dos agricultores têm-se que metade dos produtores apenas cursou o ensino fundamental. Porém, três propriedades visitadas apresentaram capacitação técnica dos proprietários por meio de cursos técnicos. A presença de pessoas com nível superior foi observada em alguns casos; tratando-se nestes casos de filhos de produtores que aderiram a produção orgânica. Esta adesão, segundo os produtores, trata-se de um reflexo da melhora de condições econômica das famílias participantes das associações.

5. Transferência do modelo estratégico de desenvolvimento para o município de Agudo/RS

O Modelo proposto e implantado nos municípios de Santa Catarina aponta como um dos principais pilares o desenvolvimento endógeno ou local¹⁰, que objetiva uma resultante de maior autonomia de mercado, aumentando assim as expectativas de utilização na produção de recursos renováveis. A base do projeto está pautada no desenvolvimento de uma produção agroecológica¹¹ para atingir assim, segurança alimentar e possivelmente o cumprimento de uma economia solidária ou então comércio justo.

O projeto de transferência de tecnologia para o município de Agudo baseia-se no Modelo implantado em Santa Catarina e deve enfatizar a relação identidade territorial e identidade do projeto, em que o capital social (pessoas promovendo desenvolvimento) fará a coevolução entre sociedade e natureza. Desse modo, permitindo a reprodução de uma identidade, a qual deverá ser historicamente construída, em um território em sua dimensão humana e natural.

Dessa maneira o desenvolvimento começa com as anormalidades, como por exemplo, a inexistência de inovações mecânicas, pois existe o potencial de privilegiar as práticas tradicionais, o “saber fazer” em que o conhecimento do local e suas particularidades, bem como a relação com o entorno e sua natureza, para além do que comumente se denomina como atraso, passa a se constituir como espaço para promoção de práticas que contemplam e/ou ainda potencializam as já existentes práticas que culminam com

10 “[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização do social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades locais e potencialidades específicas”. (BUARQUE, 1999, p.23).

11 *La agroecología va más unidimensional de los niveles ecológicos y sociales de coevolución, estructura y función. Las agroecología estimula a los investigadores a capitalizar en el conocimiento y habilidades de los agricultores y a identificar el gran potencial que resulta de estructurar la biodiversidad para crear sinergismos benéficos que provean a los agroecosistemas la capacidad de permanecer y aún ¿retornar a un estado original de estabilidad natural? (Revista Agricultura Técnica, 1994).*

o desenvolvimento sustentado. Assim, pode-se visionar potenciais ecológicos em áreas que até a pouco tempo se vislumbrava apenas produções marginais, uma vez que as mesmas divergiam das visões mercadológicas e modernizantes. Ambos elementos que em sua quase totalidade culminaram com práticas que atualmente contra-põem as produções orgânicas.

Persiste, contudo, a dúvida referente à visualização da agroecologia apenas como método de adoção como alternativa emergencial para minimizar impactos socioeconômicos e ambientais, sendo que a partir do momento em que a sociedade ou comunidade rural estiver com suas necessidades básicas superadas, dificilmente ver-se-á a mesma vislumbrada sob o aspecto diversificante na produção, pois perdura o ideal na qual estamos imersos, ou seja, encontramos inseridos em um mundo globalizado na qual a ideia de elevação do padrão e qualidade de vida está associada à monocultura e a acumulação de capital. Outro problema enfrentado no projeto é entender a diversidade local, pois na prática não existe um padrão na adoção desse tipo de técnica para a promoção de desenvolvimento local. Tendo em vista que a adoção dessa prática entrará em choque com o modo de produção vigente de base monocultora, ter-se-á que ponderar acerca de possíveis dificuldades que farão parte do projeto, dificuldades estas que poderão fortalecer a organização local a partir da observação de mudanças ou então, enfraquecer as iniciativas e levar o processo de transformação da base produtiva ao fracasso.

Destaca-se na realidade local, o fato da região não estar totalmente inserida no modelo de produção convencional, pois, dessa forma não são dependentes de biotecnologias comumente as práticas contemporâneas no campo agrícola. Nesse sentido, o fato da região manter técnicas empíricas consideradas ecológicas em atividades

diversificadas facilita a manutenção e ampliação da base produtiva tradicional, ou seja, de cunho orgânico (sem a utilização de insumos e/ou defensivos na produção agrícola).

Em suma, o projeto compreende um viés audacioso, uma vez que utiliza as pessoas (capital social) como promotoras do desenvolvimento e não o próprio capital, visando à autosuficiência e autonomia de mercado em prol da redução da pobreza, elevando o padrão e qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, diversos são os motivos para a adaptação e implantação de um modelo baseado no desenvolvimento da agricultura orgânica e do turismo rural e ecológico. Aqui serão citados e discutidos alguns dos motivos mais relevantes para a implantação de um modelo dessa natureza. É necessária uma breve explicação por que da escolha do município de Agudo como ideal para a implantação desse modelo. Neste contexto, serão discutidos os aspectos físicos, culturais e econômicos que relacionam as duas áreas.

Primeiramente, colocam-se os aspectos físicos, sendo que esses possuem grande semelhança. O relevo dos municípios visitados em Santa Catarina é bastante acidentado, possui declividades bem acentuadas, em função disso, o acesso por vezes se faz de maneira dificultosa. A vegetação é bastante exuberante, predominantemente arbórea, possuindo uma diversidade bem significativa quanto à flora e fauna. Como as regiões estão localizadas junto aos vales, a umidade é bastante elevada e é muito comum a presença de nevoeiro denso. Todos esses acrescentam beleza a paisagem, fortalecendo o turismo ecológico.

Essas características são muito semelhantes com as presentes no município de Agudo. Porém, nesse Município, o substrato rochoso se difere dado o fato de estar localizado na faixa

de transição entre o Planalto Sul Rio-Grandense e a depressão central. Entretanto, mantêm-se as características quanto à forma, paisagem e riqueza quanto aos aspectos naturais, sobretudo dado ao fato de sua localização - rebordo do planalto.

Em relação aos aspectos culturais, tanto a região de Santa Rosa de Lima, quanto a de Agudo, caracterizam-se pela presença da imigração alemã. Foram os imigrantes que iniciaram a ocupação efetiva destes territórios e passaram a desenvolver atividades que lhes dessem sustento. Santa Rosa de Lima foi ocupada em torno de 1905. Já o município de Agudo foi colonizado por volta de 1857 (WERLANG, 1995). Tais considerações possuem relevância ao passo em que se visualizam relações de afinidades existentes entre as pessoas de uma mesma etnia, pois no momento de se implantar determinada ação, as probabilidades de aceitação de um modelo podem ser maiores quando a maneira de agir e pensar da população se assemelha.

Com relação à economia, esta se dá de forma muito peculiar entre a Encosta da Serra Geral de Santa Catarina e o município de Agudo-RS, uma vez que a mesma “gira em torno” da produção do fumo e, logo, a maior parte da renda das famílias rurais é obtida a partir do plantio do tabaco. Contudo, cabe salientar que existe a presença da diversificação da produção, porém a mesma se dá apenas com vistas à subsistência da família e não a obtenção de renda. Esse caso é igualmente semelhante ao que acontecia nos municípios visitados em Santa Catarina, antes da substituição do mesmo pela agricultura orgânica.

Diante das semelhantes relações históricas, econômicas e ambientais pré-existentes entre as áreas estudadas, colocam-se algumas justificativas de implantação do modelo adotado pelos municípios de Santa Catarina e a possível substituição do modelo de produção agrícola vi-

gente no município de Agudo-RS.

Primeiramente, coloca-se a questão da saúde do produtor e de sua família. A cadeia produtiva de fumo expõe os produtores a longas jornadas de trabalho conforme relatos dos próprios produtores, na qual, na maioria das vezes, dá-se em condições precárias. Porém, uma das piores situações ainda se dá através do contato direto com os agrotóxicos. Desde o início do cultivo, são utilizadas grandes quantidades de agrotóxicos, desde a muda até a colheita.

Esse contato (seja direto ou indireto) com a produção tem provocado diversos problemas ao longo do tempo na saúde dos produtores, muitos destes já conhecidos, outros ainda em estudo, como por exemplo, a questão da redução da capacidade de aprendizagem, o aumento do índice de deficiências mentais e, até mesmo, suicídios. Dessa forma, é possível citar algumas das consequências conhecidas provocadas em função do contato direto com o tabaco, pois a maior parte das substâncias químicas presentes no cigarro está associada ao uso de agrotóxicos (COSTA, 1984).

Outra questão relevante é a degradação ambiental provocada pela lavoura fumageira. Isso devido ao fato que, em muitos espaços rurais, os problemas estão associados ao desmatamento das encostas, à erosão como consequência do próprio desmatamento, além dos problemas decorrentes do manejo inadequado do solo, além da poluição dos recursos hídricos.

Quanto à poluição dos recursos hídricos, Lowrance apud Gonçalves et al (2005), diz que a principal fonte de poluição difusa¹² no meio rural é representado pela pulverização de pesticidas e agrotóxicos. No município de Agudo,

¹² Poluição difusa, conforme Gonçalves et al., 2005, resultam de um grande número de fontes pontuais individuais, sendo assim de difícil controle.

por exemplo, existem diversos casos em que as fontes de água para abastecimento humano ficam próximas às lavouras ou, então, numa encosta abaixo do local onde estão situadas as lavouras. Esta situação é alarmante, pois as pessoas estão consumindo águas que têm grande potencial de contaminação em função do escoamento superficial e sub-superficial de parte das lavouras, que podem carregar diversos tipos de elementos químicos para as nascentes dos rios.

Outro problema que deve ser colocado é a devastação da mata nativa, pois a floresta tem o papel primordial de reduzir o impacto da chuva, uma vez que diminui o escoamento superficial e aumenta a infiltração da água, além de promover a reciclagem de água e de nutrientes. Assim, a erosão hídrica é também uma questão bastante complicada, pois está principalmente associada à derrubada da vegetação e ao uso inadequado do solo. Como a lavoura de fumo se localiza em áreas de acentuado grau de declive, e grande parte do solo fica descoberta a maior parte do tempo, a erosão pode se tornar um problema sério. (PELEGRINI, 2006).

Apesar de não haver nenhuma ressalva em relação ao plantio do fumo, o Estado procura alocar medidas que ao longo do tempo provocarão a conscientização quanto aos problemas do tabagismo, tornando-se, desta maneira, inevitável a substituição do fumo a médio ou, então, a longo prazo. Assim, o que se procura fomentar são alternativas que possibilitem a substituição contínua, tendo em vista a minimização dos impactos da exigência de redução do plantio ou, então, a própria redução da demanda pelo produto que vem ocorrendo mundialmente e que tende a se acelerar em pouco tempo.

Portanto, no presente momento, a substituição da cultura do tabaco por outra(s) mais sustentável(is) se fará num caráter de menor ur-

gência. Porém, para que nada seja feito às pressas e para que se possa implantar uma estratégia de substituição contínua do produto agrícola, torna-se necessário iniciar, desde já, as reflexões e não obstante o processo substitutivo.

Assim, tão logo seja possível à implementação de um planejamento contínuo e efetivo para o espaço em questão, - haja vista a alteração da base produtiva e a execução de estratégias previstas -, assegura-se uma alternativa viável e sustentável. Portanto, a mesma se constitui numa alternativa potencial à produção de tabaco na área rural, alternativa esta capaz de proporcionar qualidade de vida ao produtor e qualidade ao produto, além de gerar renda e contribuir com a preservação do meio ambiente no espaço em questão.

6. Estratégias de ação para implantação

Tomando como base as iniciativas e inovações visualizadas através da AGREGO, em Santa Catarina, e tendo como base a atual estrutura produtiva e organizacional do espaço rural do município de Agudo, no Rio Grande do Sul, apontou-se dois planos de ações a exemplo do início da associação AGRECO, na qual a primeira contempla metas de curto e médio prazo (estipuladas num período de 1 a 10), ao passo que as metas de longo prazo (estipuladas para mais de 10 anos) passam a ser dependentes das anteriores. Isso para que, por conseguinte, possam viabilizar ações maiores e mais arrojadas no âmbito socioeconômico.

Assim, as metas e planos de curto e médio prazo que destacamos são:

- Estimular, a médio prazo, a substituição do cultivo do fumo por produção de cultivos orgânicos, promovendo palestras e visitas a locais onde a substituição tenha ocorrido de forma

satisfatória e rentável, visto a grande rentabilidade proporcionada pela cultura fumageira no município de Agudo e região;

- Estimulo à produção de hortaliças em geral. Porém, a mesma deve ser realizada em áreas rurais próximas a sede do município, em função do tempo e custos com transporte. Esse aspecto se faz fundamental, uma vez que esses produtos são, em geral, perecíveis. Essa medida pode ser tomada a partir de acordo entre governo municipal e estabelecimentos, tais quais supermercados, restaurantes e proprietários rurais, havendo comprometimento mútuo entre comprador e fornecedor. Dessa maneira, os consumidores, - tanto os habitantes locais quanto aquelas populações dos mercados consumidores -, teriam em sua mesa produtos saudáveis o que conseqüentemente proporcionaria geração de renda aos produtores orgânicos;

- Estimular a criação de agroindústrias por parte de particulares e em pequenas e médias propriedades. Estas agroindústrias teriam a função de proporcionar a diversificação da produção e da renda. Sendo que, diante da atual produção, poderiam ser produzidos diversos produtos a partir dos seguintes cultivos: morango, mandioca, amendoim, laranja, bergamota, cebola, pepino, entre outros; visando a elaboração de schimiers (doces), geléias, cucas e conservas;

- Desenvolvimento da apicultura e incentivo aos apicultores;

- Articulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das agroindústrias, o estabelecimento de alianças a fim de mobilizar recursos juntamente a bancos e órgãos e programas públicos e de caráter estadual e federal;

- Promover cursos de capacitação técnica visando à obtenção de conhecimentos técnicos e

financeiros, promover a educação empreendedora, cultura da cooperação, acesso à tecnologia e à ampliação da capacidade de inovação, promover o acesso a mercados interno de caráter regional (municípios vizinhos);

- Melhoria de infraestruturas, como estradas, sobretudo através da pavimentação de alguns trechos, tornando viável o fluxo de pessoas e mercadorias;

- Promoção de políticas de preservação e valorização do meio natural por meio de projetos de educação ambiental nas escolas, populações urbanas e rurais, na qual poderia-se abordar o desenvolvimento de projetos de reciclagem e coleta seletiva;

- Fomento à prática da atividade turística com base nos potenciais que o município possui, valorizando as belezas naturais, arquitetônicas e culturais. Aliada a essa, encontra-se a melhoria das infraestruturas e comunicação conjuntamente à instalação de serviços visando atender os visitantes locais;

- Divulgação dos potenciais turísticos do município, dando ênfase ao potencial turístico rural, apelo ao aspecto colonial, da vida tranquila da zona rural e à oportunidade de conhecer a diversidade da gastronomia típica alemã, das festividades, eventos e do dialeto alemão local;

- Incentivos ao turismo ecológico e de aventura, valorizando as belezas naturais do município, na qual destacam-se: cascatas e paisagens, muitas das quais intocadas.

Quanto aos aspectos de longo prazo, observa-se uma série de indagações, incógnitas que partirão dos resultados das ações de curto e médio prazo, porém, de antemão observa-se que é importante a criação de programas e políticas

de maior amplitude. Políticas essas que poderiam aliar e complementar ações pré-existent, como por exemplo, o programa FLORESTAR-AGUDO e o PRO-LEITE.

Assim, poderia se fomentar políticas voltadas à suinocultura e avicultura para abastecer o mercado interno. Com isso, essas, conjuntamente, teriam condições de extrapolar a sua limitada dimensão de pequena e média agroindústria de processamento de produtos e poderiam passar a vislumbrar maior diversificação da cadeia agroindustrial, bem como de mercados consumidores.

Considerações finais

É nesse contexto de exigências vigentes de organização econômica e social, regida pelo capital, que se faz necessária a articulação dos potenciais existentes disponíveis para produção e reprodução do espaço. As condições espaciais preestabelecidas ao longo da história e cada vez mais condicionadas às ações antrópicas, oriundas de necessidades distintas que norteiam o espaço social e o cotidiano das distintas populações, acabam por proporcionar diferentes ações e, logo, condicionam diferentes níveis de acesso da oferta de bens e serviços nas mais diversas inferências.

Assim, o planejamento norteia articulações e acesso a diferentes tipos de atividades econômicas, bem como otimiza a utilização dos recursos naturais e materiais de um determinado local, contemplando demandas e viabilizando a organização em estruturas cooperativas e associativas, perfazendo um maior contingente inserido nas atividades socioeconômica ali existentes. Tão logo existam ações nesse sentido, parte-se de princípios que ajustem mudanças e que ao longo do processo sejam capazes de articular potenciais locais e estruturar ações inovadoras, portanto, tem-se que incorporar aos projetos pro-

postos aptidões locais e as potencialidades ainda não exploradas, observando exemplos bem sucedidos e ponderando aspectos que se adequem à(s) área(s) na qual se está objetivando inferências sobre o espaço.

Dessa forma, após a realização do diagnóstico das peculiaridades do município e, posteriormente, a análise dos dados em diversos aspectos e da compreensão da organização, projeção e funcionamento dos distintos setores da economia, pode-se avaliar a busca pela melhoria em diversos setores da economia, visando-se os potenciais pré-existentes. Portanto, no tocante ao município em questão, ou seja, Agudo no Rio Grande do Sul, a realidade pesquisada denota ações específicas e focadas, sobretudo, a propósito de espaços rurais, onde vislumbra-se a agricultura família rural que repercutirá imediatamente a dinâmica espacial urbana. Tal afirmação se faz, sobretudo, diante da renda líquida na zona rural estar prejudicada em relação à remuneração das atividades urbanas, dado ao fato do município apresentar maior número de atividades no espaço rural, bem como maior número de pessoas situadas neste espaço.

Essas iniciativas associativas tais quais se observou no caso da AGRECO, possibilita organizações locais e incentiva a produção agropecuária como um todo, constatando-se também a importância da complementaridade, que passar a existir entre produção no campo e a atividade turística. Essa importância se dá não apenas pela manutenção de ações, práticas e costumes rurais, mas pela otimização da produção incorporada ao valor da produção em si, comercializando-se também o consumo da paisagem e das estruturas tradicionalmente rurais, rústicas, onde se reduz a necessidade de amplos investimentos tecnológicos e mesmo assim, crescem as opções de faturamento, sempre atrelando a realidade atual à prospecção futura, ligando o produtor ao campo.

Salientam-se as formas inseridas e/ou valorativas de (re) aproveitar recursos naturais sem que se alterem, de forma significativa, o processo natural do ambiente. Destacando-se que a implantação de uma organização com bases sustentáveis consiste na manutenção da oferta local atrelada ao arranjo futuro, onde se torna necessário o uso racional dos recursos disponíveis, focado na manutenção dos interesses sociais, sem que se deixe de incorporar as relações sociedade-natureza propriamente ditas, coexistindo elementos entre ambas.

Em suma, a proposta de transferência de tecnologia e mudança de um modelo de produção que perdura desde a colonização do município de Agudo/RS, contempla uma mudança desafiadora, tanto às esferas de iniciativas públicas quanto privadas. Isso porque usar o capital social (as pessoas) como promotoras do desenvolvimento e não o próprio capital, visando a auto-suficiência e autonomia de mercado, em prol da redução da pobreza elevando o padrão e qualidade de vida das pessoas, não é uma tarefa fácil, já que a possibilidade de implementação concreta do projeto está para além de investimentos financeiros, havendo aí uma necessidade de mudança, também, na “monocultura do pensamento”, ou seja, é preciso haver uma mudança na maneira de pensar de toda uma comunidade.

Mesmo perante as dificuldades de inter-relacionar todos os aspectos levantados ao longo da pesquisa, apontaram-se ações estratégicas de planejamento, a médio e longo prazo, baseado nas iniciativas dos municípios de Santa Catarina. Citam-se as principais: estimular a inversão conceitual entre as comunidades que a produção do fumo pode ser substituída pela produção diversificada e agroecológica, e que os investimentos em longo prazo vem agregar volumes econômicos e/ou até de maior magnitude.

Ressalta-se também a importância da promoção de cursos de capacitação técnica visando à obtenção de conhecimentos técnicos e financeiros, visando à educação empreendedora, à cultura da cooperação, o acesso à tecnologia e à ampliação da capacidade de inovação.

Assim, poder-se-á avançar no acesso a mercados interno de caráter regional (municípios vizinhos). Aliado a isto, deve-se articular políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das agroindústrias, melhoria das infraestruturas de acesso (tanto para o escoamento da produção

quando para o deslocamento dos indivíduos), e a ampliação da comunicação, bem como a instalação de pousadas e restaurantes que proporcionariam a maior permanência e consumo dos visitantes locais.

Por fim, é muito importante fomentar, atrelado à produção agroecológica, o desenvolvimento concomitante da atividade turística através da modalidade do turismo de aventura (em virtude de suas belezas naturais, arquitetônicas e culturais) já que a mesma proporcionaria maior fluxo de pessoas no local.

Bibliografia

ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABE-AS, 1989.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

ALTIERI, M. A. NICHOLLS, C. I. Bases agroecológicas para una producción agrícola sustentable. In: Agricultura Técnica. v.54, n. 4, p. 371 - 386. Santiago, 1994. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7022325/Bases-Agroecologicas-Para-Una-Agricultura-Sustentable>>. Acesso em: 15 de mar de 2011.

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL: Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?u_id=1&i_id=1> Acesso em: 25 de jun de 2010.

BONASSI, F. A. O Associativismo como estratégia de competitiva no varejo: um estudo de caso na Aremac-AM - Associação regional de Empresas de materiais de construção do Alto Magiana. In: Revista eletrônica de administração. v. 02, ed. 03. jul 2003.

BROSE, M. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BUARQUE, S, C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local municipal sustentável, 2. ed. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Brasília, 1999.

CAMHIS, M. Planning theory and philosophy, 1979. Tradução de Vera Maria Favila Miorim e Revisão de Armando Silva Araújo. Rio Claro, abril de 1985.

CONTERATO, M.; FILLIPI, E. E. Teorias do desenvolvimento. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

COSTA, S. S. T. Introdução à economia do meio ambiente. In: Análise: revista acadêmica da FACE. vol. 16, n. 2. Dezembro, p. 301 - 323. Porto Alegre. 2005.

DEL GROSSI, M. E; SILVA, J. G. da. O novo rural: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002.

FRIEDRICH, J. N. Implicações ambientais em áreas de topografias de alto contraste, caso do município de Agudo/RS. 1990. 60 f (Trabalho de Graduação em Geografia Bacharelado) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

GAIGER, L. I. (Org.). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://ibge.gov.br> >. Acesso em: 10 de jul. de 2008.

LINDNER, M. O turismo na revalorização da agroindústria rural na rota gastronômica de Silveira Martins - RS. Santa Maria: FACOS, 2008. (Série Dissertações em turismo rural; n.16).

LISBÔA, T.H. C. Os depósitos tecnogênicos e a alteração da linha de costa do distrito sede de Florianópolis/SC. Florianópolis, 2004

MAMHIS, M. in: Planning theory and philosophy, 1979. Tradução de Vera Maria Favila Miorim e Revisão de Armando Silva de Araújo. Rio Claro, abril de 1985.

OLIVEIRA, C. G. S. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural. 5, 2005. Piracicaba - SP. Anais... FEALQ.

PELEGRINI, J. B. R., Fósforo na água e no sedimento da microbacia hidrográfica do Arroio Lino - Agudo - RS. 2005. 85 f. (Dissertação de Mestrado em Ciência do Solo) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

PIERRE W. J. (organizador). Pólo de socioeconomia solidária. Comércio Justo e Solidário. 2004

PEREZ, A. S. (Coord.). Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo. São Paulo: Roca, 2005.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO/RS EMATER - Dados da produção agrícola 2007 e secretaria municipal de indústria, comércio e turismo: dados referentes ao setor comercial. Agudo, 2008.

REETZ, E. F., Levantamento físico-natural da micro-bacia do Arroio Grande, Agudo/RS. 2000. 83 f. (Trabalho de Graduação em Geografia Bacharelado)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

SINGER, P. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: OLIVEIRA, P. de S. (Org.). O lúdico na cultura solidária. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 229-239.

_____. Economia socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. (Org.). Economia socialista: socialismo em discussão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 11-50. 2000.

_____. Economia solidária: possibilidades e desafios. Revista Proposta: trabalho e desenvolvimento humano. Ano 30, n. 88-89, pp. 15-23, mar./ago., 2003.

_____. Um olhar diferente sobre a Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. Economia solidária - uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 1 - 15.

VELASCO, R. Los economistas em su laberinto. Madri: Santillana, 1996.

VIDAL, L. R. Pluriatividade e produção na agricultura familiar - Região do Médio Alto Uruguai/RS. 2004. 91f. (Trabalho de Graduação em Geografia Licenciatura Plena) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004

VOGT, O. P. A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul; RS: 1849/1993. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WERLANG, W. Colônia Santo Ângelo (1857-1890). Santa Maria: Pallotti, 1991.

_____. História da Colônia Santo Ângelo. Santa Maria: Pallotti, 1995.